**PAIS, FILHOS E A PANDEMIA DA COVID-19:**

**NOVOS DESAFIOS MEDIADOS PELAS TIC[[1]](#footnote-1)**

Márcia Stengel[[2]](#footnote-2)

Samara Sousa Diniz Soares[[3]](#footnote-3)

Vanina Costa Dias[[4]](#footnote-4)

Simone Pereira da Costa Dourado[[5]](#footnote-5)

Laura Peixoto Barbosa[[6]](#footnote-6)

Henrique de Paiva Bicalho[[7]](#footnote-7)

O uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) está espraiado em nosso cotidiano, atingindo pessoas de todas as faixas etárias, ainda que não igualmente, pois há diferenças de classe social, gênero, local de residência (zonas urbanas e zonas rurais) e até mesmo etárias. Entretanto, é inegável a inserção que as tecnologias têm em nossas vidas, definindo, muitas vezes, posições e relações sociais. Elas proporcionam também múltiplas experiências e trazem consigo uma nova dimensão de mundo, alterando as relações interpessoais e interferindo diretamente na vida cotidiana das pessoas. Dentre os novos espaços de vivências e relacionamentos que a virtualidade promoveu, um que tem se mostrado necessário de ser radiografado: as relações entre pais e filhos.

O campo da família tem merecido a atenção de muitos estudiosos e pesquisadores devido às transformações que essa instituição tem passado nas últimas décadas. Assistimos a uma série de mudanças em sua organização, funcionamento e concepção que temos delas (STENGEL, 2011). É impossível falar da família sem articulá-la ao seu contexto sócio-histórico-cultural, pois suas feições “estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas, ou seja, às transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e da tecnologia” (PNAS, 2004, p. 41). Essas mudanças ocorreram antes do advento da internet, porém, a partir desse fenômeno social e cultural, outras modificações foram e estão acontecendo.

Pesquisas como as de Primo (2016), Spizzirri et al (2012) e Passarelli, Guzzi e Dimantas (2009) apontam que as tecnologias de comunicação e informação, que, até muito recentemente, eram, predominantemente, dominadas pelos adolescentes, atualmente são utilizadas em grande escala também por seus pais, mesmo que de forma diferente. Essa realidade tem promovido significativas alterações nas relações entre os filhos e seus pais e em toda a dinâmica familiar. Tais mudanças fazem da família um espaço privilegiado para a observação das relações intergeracionais relacionadas aos usos das TIC.

 A virtualidade tem influenciado nas relações geracionais, modificando percepções de conceitos, potencializando saídas co-construídas entre pais e filhos, especialmente no que diz respeito à mediação parental, mesmo mantendo suas particularidades geracionais, visto que a relação que se estabelece com as novas tecnologias é diferente em cada grupo:

As novas gerações integram rapidamente essas novas tecnologias aos seus hábitos de vida, enquanto as gerações mais velhas se veem desafiadas a decidir se enfrentam os desafios inerentes ao esforço de assimilar essas novidades ou se descartam a hipótese de possuir alguns artefatos, renunciando aos serviços que podem prestar (PETRINI e CAVALCANTI, 2018, p. 190).

E podemos dizer que, com a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), os relacionamentos familiares com o uso da virtualidade em seu âmbito foram afetados mais uma vez. É o que pretendemos discutir neste trabalho pautado em pesquisa realizada com financiamento da FAPEMIG, cujo objetivo é compreender como os pais têm lidado com o uso das tecnologias de informação e comunicação, especialmente a internet, por parte dos seus filhos, considerando o tipo de mediação que fazem, como os orientam e que tipo de controle exercem sobre o uso. Realizamos um estudo quanti-qualitativo, de cunho exploratório com a utilização de um questionário enviado através do *Google.forms* para pais/mães com filhos até 18 anos, com 60 perguntas, abertas e fechadas, distribuídas em quatro blocos temáticos: caracterização da família, uso das tecnologias pelos pais, uso das tecnologias pelos filhos, uso das tecnologias durante a pandemia. As perguntas abertas constavam de esclarecimentos e buscavam conhecer sobre participação das tecnologias na relação parento-filial; atividades sem o uso das tecnologias; aspectos positivos e negativos do uso das tecnologias para a família. O questionário foi distribuído através de grupos de pais/mães no WhatsApp, redes sociais e rede de conhecidos das pesquisadoras, com amostragem de conveniência (não probabilística) com monitoramento diário, com dinâmica de coleta “bola de neve”. Ficou disponível entre os dias 5 e 22 de julho, totalizando 174 questionários. Para as perguntas fechadas, tomamos como referência os próprios gráficos gerados pelo *Google.Forms* para análise dos resultados. Para as perguntas abertas, empregamos a análise categorial (CAREGNATO & MUTTI, 2006), desmembrando as respostas em categorias segundo agrupamentos temáticos a partir de elementos comuns, quais sejam: a mediação parental, os usos e a influência da tecnologia no dia-a-dia dos membros da família e as modificações causadas pela pandemia na potencialização desses aspectos. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Minas (CAAE 33157420.7.0000.5137). Os respondentes assinaram de forma virtual um termo de consentimento livre e esclarecido antes de responderem ao questionário.

A mediação parental para o uso das TIC pode ser compreendida como uma prática em que os pais, direta ou indiretamente, exercem algum tipo de influência na maneira como os filhos lidam com um meio de comunicação específico através de seus comportamentos, valorizações e verbalizações. Abrange não apenas as restrições, mas também as estratégias interpretativas e as atividades de monitoramento (CGI, 2019). Ainda pode ser concebida como uma prática que, direta ou indiretamente, influencia de alguma forma a maneira como as pessoas lidam com um meio de comunicação específico. A mediação, no caso da internet, alcança uma enorme complexidade devido a suas particularidades e à multiplicidade de circunstâncias que abarcam seu uso, trazendo grandes desafios. Segundo Ponte (2011), há três formas de mediação percebidas em pesquisas que se interessam por esse assunto:

1) mediação activa: conhecer os conteúdos dos programas e as atividades on-line dos filhos, serem uma referência pelas suas próprias práticas; 2) mediação restritiva: recorrer ao acesso à televisão ou internet como recompensa ou como castigo, num quadro de interdições; 3) mediação instrutiva: conversar, explicar, exprimir juízos de valor, com atenção ao processamento de emoções, à compreensão da informação e avaliação por parte dos filhos. (PONTE, 2011, p. 32)

Sabemos que os diversos usos da internet influenciam, de forma mais ou menos direta e explícita, as práticas sociais, culturais e individuais dos adolescentes em diferentes situações em seu cotidiano. Concomitante ao uso cada vez maior dessa ferramenta pelos jovens, temos visto a crescente preocupação de pessoas e instituições em conhecer, acompanhar e mediar o que eles fazem no espaço virtual (DIAS, 2016).

Radiografar o tema e as práticas relacionadas ao exercício da mediação parental é também refletir sobre como as famílias criam estratégias para reduzir riscos e potencializar oportunidades de aprendizado para as crianças e os adolescentes da cultura digital. Conhecer as práticas de mediação faz-se necessário, pois estas servem de suporte e orientação para sustentar a intervenção de profissionais nas vicissitudes psicossociais do uso das TIC, bem como para a criação de políticas públicas e ações que amparem pais e filhos nesse processo. A bibliografia evidencia que cabe aos pais maximizar as oportunidades e minimizar os riscos e os possíveis danos ao bem-estar das crianças e dos adolescentes, favorecendo oportunidades *on-line* ligadas à comunicação, à educação e ao lazer e isso só é possível quando o diálogo intergeracional franco e respeitoso está presente para que todos os integrantes da família aprendam e promovam um uso seguro, saudável, crítico e construtivo das tecnologias (CGI, 2019).

A mediação parental é uma prática que comporta muitos desafios, passa por alterações constantes e é muito impactada pelas mudanças sociais, como se pode ver no momento atual com a pandemia da COVID-19 e o consequente distanciamento/isolamento social. Muitas vezes, os diferentes papéis sociais definidos para pais/responsáveis e filhos são relativizados quando o assunto é o uso das tecnologias digitais, particularmente, a internet. Mas, embora crianças e adolescentes possam, de fato, possuir habilidades operacionais mais desenvolvidas do que seus mediadores, muitas das atividades realizadas *on-line* pressupõem uma maturidade que ainda está sendo consolidada por esse público. Assim, a importância do papel ativo de pais e responsáveis em orientar e acompanhar as práticas de crianças e adolescentes para garantia do bem-estar dessa população no ambiente digital é socialmente reconhecida como importante e esperada. O potencial da mediação para o uso seguro e responsável da internet é inquestionável e deve ser amplamente discutido e sistematizado para que pais/responsáveis e filhos sejam devidamente amparados nessa trajetória, que é complexa e mutável.

Entretanto, quando se fala de mediação parental para uso das TIC, é necessário fazer uma primeira distinção na relação com as tecnologias da informação e comunicação, estabelecida entre nativos e imigrantes digitais (PRENSKY, 2001). Os últimos são as pessoas nascidas antes do advento das TIC, que se viram obrigadas a utilizá-las, geralmente, no campo laboral, e mantêm comportamentos e atitudes que revelam sua relação artificial com as tecnologias. Já os nativos digitais, por terem crescido rodeados pelas TIC, demonstram uma relação de intimidade e gerenciam com habilidade as ferramentas digitais (FERNÁNDEZ & GONZÁLEZ, 2017). Essa distinção não pode ser feita exclusivamente pela data de nascimento, mas há de se considerar a relação que criam com esses recursos tecnológicos, ou seja, se passaram ou não pela adaptação digital, mantendo uma familiaridade com eles. Neste sentido, podemos pensar em uma gradação entre um polo e outro, ou seja, pessoas que por idade seriam imigrantes digitais, mas que estabelecem uma relação de intimidade com as tecnologias, ou supostos nativos, que podem ser analfabetos digitais, assim como nativos e imigrantes mais ou menos familiarizados com as tecnologias. Essa gradação pode ter sido mais acentuada no contexto da pandemia, na medida em que o uso das tecnologias tem sido mais necessário, para atividades laborais, escolares e até mesmo para a sociabilidade, já que as pessoas estão colocadas em situação de isolamento/distanciamento social. Esse cenário nos leva a pensar nas consequências do uso da internet e deste nos relacionamentos entre pais e filhos.

As consequências da utilização da internet têm sido alvo de muitas investigações, como nos revelam Maidel e Vieira (2015), a partir de um levantamento bibliográfico que realizaram. Os autores assinalam que o uso frequente da internet pode desencadear comportamentos de dependência, depressão, ansiedade, estresse, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, risco de obesidade, e comportamentos e pensamentos agressivos. Entretanto, também salientam que esse uso pode facilitar diferentes tipos de aprendizado, melhorar a capacidade de leitura, despertar aptidões para avaliar e usar a informação de forma eficiente, estimular habilidades para o processamento e a seleção de informações, a tomada de decisão, o estabelecimento de estratégias de solução de problemas. Como vemos, as consequências do uso da internet são algo complexo, para o que ainda não temos respostas definitivas. Essas consequências têm sido potencializadas no contexto da pandemia? De que forma?

Construindo cenários analíticos para o uso da internet nesse contexto de avanço da pandemia é possível observar as seguintes situações: 1) o tempo de permanência em condição de isolamento social e eventual realização de trabalho remoto em casa está muito mais longo do que se previa. Alguns grupos de pais encontram-se nessa condição desde o mês de março de 2020, completando, portanto, quase meio ano nessa nova situação laboral; 2) jovens e adolescentes brasileiros estão há cinco meses inseridos em diferentes modalidades de ensino remoto. O ensino remoto levou para dentro das residências a circulação de nomenclaturas muitas vezes desconhecidas de pais e filhos. Tornaram-se frequentes as referências às plataformas digitais e aos recursos para elaboração de vídeos e o preenchimento de formulários eletrônicos, que passaram a integrar tarefas e avaliações; 3) as atividades de lazer fora de casa foram canceladas ou extremamente reduzidas; 4) as atividades complementares realizadas pelos diferentes grupos geracionais que integram as famílias brasileiras foram alteradas também para modalidade remotas ou suspensas. Filhos e pais ficaram impedidos da prática de alguns esportes, da participação em algumas atividades de cunho religioso; e 5) no caso das famílias em que convivem três diferentes grupos geracionais (filhos, pais e avós), as atividades fora do ambiente doméstico para os que têm 60 e mais anos se tornaram praticamente proibidas. Neste caso específico de famílias que convivem com idosos, o nível de tensão é sempre aumentado com a definição pelas autoridades de saúde de que idosos são, no âmbito familiar, os mais propensos a desenvolver os casos graves da COVID-19, o que exige vigilância de todos e uma enorme responsabilidade dos mais jovens do núcleo familiar. Quando os mais jovens se expõem em atividades fora das residências, que não consideradas essenciais, podem ter que lidar com a culpa de levar o vírus para os seus parentes mais velhos, colocando-os em risco.

Assim, se o uso da internet no âmbito das famílias é algo complexo, como dito acima, ele passou a ser feito de forma generalizada e cotidiana em razão da introdução das atividades de ensino e trabalho remoto. Ficou também mais frequente como instrumento que viabiliza a comunicação dos membros do núcleo familiar com seus parentes que residem em outras casas e mesmo outras cidades e com os amigos. A linguagem que possibilita o contato por vídeo e áudio usando diferentes aplicativos tomou o dia a dia das famílias. Mesmo os momentos de lazer passaram a ser mediados quase que exclusivamente por esses recursos de internet – diferentes componentes das famílias se reúnem para assistir as inúmeras *lives* de artistas e personalidades. O acesso a serviços de operadoras que oferecem filmes e séries é dominado por todos e, muitas vezes, se tornam um programa familiar.

Sabemos que o uso das TIC é uma realidade inevitável, que oferece oportunidades e riscos, exigindo que os pais, de alguma maneira, gerenciem essa atividade de seus filhos. Assim, além de os pais oportunizarem o acesso das crianças às tecnologias, eles também são os responsáveis por gerenciar e educar seus filhos para esse uso, o que compreende a aplicação de regras, restrições e orientações, assim como supervisão e monitoramento. Os pais, muitas vezes, parecem ficar envaidecidos com a facilidade que os filhos apresentam frente aos aparatos tecnológicos, disponibilizando-lhes, cada vez mais cedo, *tablets* e *smartphones*, naturalizando e facilitando o uso de artefatos sofisticados.

Além disso, observamos uma socialização reversa no que tange a relação pais, filhos e a virtualidade. Se tradicionalmente são os pais que introduzem seus filhos nos distintos espaços sociais, no uso das TIC são os filhos que auxiliam os pais, muitas vezes, inclusive, iniciando-os. Por um lado, essa situação reforça o estereótipo de que as crianças e os adolescentes são autossuficientes neste universo e, por outro, com frequência, constrangem os pais por se perceberem menos capazes que seus filhos.

Dessa maneira, colocar regras, impor sanções, dar orientações, supervisionar e monitorar os filhos quanto ao uso das tecnologias de comunicação e informação têm sido um dos grandes desafios na educação contemporânea. Por ser uma situação relativamente nova, os pais têm tido dificuldade em lidar com ela, gerando, frequentemente, a sensação de não saberem como exercer uma mediação para o uso que seus filhos fazem das TIC adequada e eficazmente.

 Maidel e Vieira (2015) apresentam três tipos de mediação utilizadas pelos pais: a ativa, a restritiva e a de uso acompanhado. A primeira refere-se a “um tipo de mediação na qual há conversa, orientação ou discussão crítica dos pais com a criança sobre o conteúdo ou atividade, sobretudo enquanto ela ainda está utilizando a mídia.” (MAIDEL e VIEIRA, 2015, p. 296). Aqui também estão abarcadas as instruções e informações, além de críticas, desaprovações e acordos com a criança para o uso. Na mediação restritiva também há a prescrição e utilização de regras para o uso, porém sem diálogo ou esclarecimentos com a criança. O terceiro tipo diz respeito à presença dos pais quando do uso pela criança das TIC, deliberada ou casualmente, mas também sem conversa. Na pesquisa realizada pelos autores, os pais, em geral, preferem uma mediação mista, que, segundo eles, pode ser consequente à divisão em que os pais se encontram sobre a melhor forma de mediar, denotando que é um campo em construção no meio familiar. Aqui cabe perguntar: os tipos de mediação sofreram alterações no contexto da pandemia? Como os pais têm lidado com o uso das TIC, especialmente a internet, por parte dos seus filhos, considerando o tipo de mediação que fazem, como os orientam e que tipo de controle exercem sobre o uso?

 Essas questões podem ser traduzidas nas inúmeras dificuldades que os pais têm apresentado para fazer a mediação de seus filhos no uso das TIC; no sentimento de impotência ou de ignorância que possuem frente às suas dificuldades, assim como os limites apresentados, muitas vezes, no conhecimento do manuseio das tecnologias; em como proteger seus filhos dos riscos presentes na internet; em como saber se os filhos fazem um uso correto e adequado das tecnologias e não estão vivendo uma situação de abuso ou vício.

**Por uma radiografia das práticas de mediação em tempos de pandemia**

 A partir das questões que se colocaram sobre a práticas de mediação, a pesquisa realizada nos apresentou dados que potencializam as reflexões sobre o tema. Os respondentes da pesquisa foram preponderantemente as mães (79,3%), casadas (73,6%), com idades entre 41 e 50 anos (48,9%), seguido de pessoas entre 51 e 60 anos (27%) e entre 31 e 40 anos (21,8%). Desse modo, temos um grupo majoritário de pais relativamente jovens, abaixo dos 50 anos. Mesmo que por faixa etária possam ser considerados imigrantes digitais, podemos supor que, para esses pais e mães, o contato com as tecnologias de informação e comunicação não seja um dificultador na relação com os filhos, se considerarmos que o nível de escolaridade desse grupo é alto, já que 28,2% possuem nível superior completo e 60,9% deles têm também pós-graduação, característica que aponta para pessoas em que é comum o uso constante e necessário das TIC .

Em se tratando de características socioeconômicas, entre os respondentes, apenas uma pequena parcela não trabalha, sendo que 9,8% não trabalha fora de casa e 7,5% não trabalha por estar desempregado. Pelo nível de escolaridade e a atividade profissional que exercem, se não todos, majoritariamente os respondentes pertencem às camadas média e média/alta. Além disso, são famílias que possuem vários aparelhos tecnológicos em casa, como celulares, computadores, *tablets*, consoles de jogo e *smart* TV. São pessoas que utilizam o celular ou outros aparelhos tecnológicos, principalmente, entre 3 e 4 horas diárias (32,8%) e entre 5 e 6 horas (25,3%).

Como era de se esperar, 79,9% dos respondentes disseram que seus filhos têm celular, sendo em 58,6% dos casos o aparelho tecnológico mais utilizado por eles. Quando perguntados sobre o monitoramento do celular dos filhos, a maioria afirma fazê-lo (55,8%), sendo que destes apenas 2,4% acreditam ser uma atitude errada. Mesmo entre os que responderam que não fazem tal acompanhamento, há os que acham que a atitude é correta (29,3%). Sabemos que o *smartphone* hoje tem inúmeras utilidades, como a comunicação entre pessoas, acesso à internet, escuta de músicas, dentre outras. Ele é vivido por muitos, preponderantemente adolescentes e jovens, como uma extensão corporal e sua ausência é inimaginável. Por isso, acessar o celular de alguém é acessar seu mundo, sua intimidade. Dessa maneira, os pais, ao monitorarem o celular de seus filhos, podem ter um conhecimento significativo da vida deles, caminhando, muitas vezes, por uma linha tênue entre o cuidado e a invasão de privacidade, especialmente no caso de filhos adolescentes.

O *smartphone* é utilizado também pelos pais, com a função de se comunicarem com amigos (96%), trabalharem (88,5%), se entreterem (81%) e acompanharem os filhos (62,6%). Nota-se que os pais canalizam seus esforços e investimento em atividades voltadas para si mesmos, mesclando atividades laborais, entretenimento e relações sociais. Dado interessante por si só, mas que, se confrontado com o número de filhos e a idade destes, revela uma tendência da família atual: a horizontalização das relações. 51,7% dos pais têm dois filhos; 34,5% possuem um e 12,1% têm três. Os filhos de 41,4% deles têm entre 13 e 16 anos, 38,5% acima de 16 anos, 32,8% entre 9 e 12 anos, 20,7% entre 5 e 8 anos, 15,5% entre 1 e 4 anos e somente 1,7% possuem filhos menores de um ano. Com famílias menores e filhos mais velhos, os pais dão maior autonomia aos filhos e se voltam mais para si, dado que reforça os resultados já encontrados em pesquisa anterior (STENGEL et al, 2020), que demonstra como a mediação parental para uso das TIC decresce com o aumento da idade do filho. O adolescente e o jovem já não constam como uma preocupação muito grande para os pais.

Apesar de usarem a tecnologia, 44,8% disseram não ter recebido instruções e orientações para isso. Ao informarem sobre a orientação e/ou ajuda para o uso da tecnologia, a partir das opções apresentadas na pesquisa, os respondentes, em sua maioria, afirmam que a aquisição de conhecimento se deu por conta própria, pois 42% aprenderam sozinhos, sendo autodidatas e 56,3% com a própria internet (sites informativos, vídeos no YouTube, etc.). Apenas 13,2% fizeram algum curso. Todavia, 27% aprenderam a utilizar algum tipo de recurso ou aparelho tecnológico com os filhos, o que reforça a constatação da socialização reversa quanto à utilização das tecnologias de comunicação e informação, na qual são os filhos quem socializa os pais, educando-os, ensinando-lhes e orientando-lhes no manejo das tecnologias. Dessa maneira, podemos inferir que os filhos “se imbuem de uma autoridade para ensinar os pais sobre o uso das TIC e, a partir dessa posição, decidem o quê, como e quando ensinar, retendo propositadamente algumas informações.” (DOURADO et al, 2018, p. 433).

O isolamento/distanciamento social provocado pela pandemia do COVID-19, trouxe uma série de mudanças no nosso cotidiano. Uma dessas mudanças, como nos revelam os dados de nossa pesquisa, é o aumento do uso dos aparelhos tecnológicos pelos filhos com a anuência de 91,3% dos pais. Dentre esses, 31% dos respondentes afirmaram que o acréscimo de tempo foi de mais de cinco horas diárias, tempo bastante significativo, ainda mais considerando que 33,3% responderam que antes da pandemia seus filhos ficavam entre 3 e 4 horas conectados e 29,9% disseram que era entre 5 e 6 horas. Vale salientar que o tempo é uma das maiores preocupações que os pais possuem quanto ao uso das tecnologias por seus filhos (83,9%), além da possibilidade de conversar com estranhos (73,6%) e ver sites inadequados para sua idade (69,5%). Se a sociabilidade está restrita atualmente, uma saída encontrada tem sido o uso das tecnologias, o que torna o controle dos pais mais desafiador.

Outra mudança percebida nessa investigação diz respeito a alterações quanto às regras relacionadas ao tempo de uso das tecnologias pelos filhos, o que ocorreu entre 63,2% dos pais. A limitação da quantidade de tempo (63,9%) e do horário do dia para o uso das tecnologias (53,7%), foram amenizadas durante esse período. Apenas 8,3% não limitaram o conteúdo. Na maior parte dos casos, os pais limitam o horário ao longo do dia para a utilização das TIC em função de atividades escolares, que ficaram mais intensificadas ou para dormir.

A permissão para maior uso dos aparelhos tecnológicos se deve principalmente por se tratar de uma forma de lazer para os filhos dentro de casa (67,5%), tendo em vista que a pandemia provocou o isolamento/distanciamento social, fazendo com que outras formas de contato social ficassem cerceadas e o cotidiano de todas as pessoas se resumisse a quase exclusivamente ao espaço doméstico.

Outra característica bastante marcante nesse período de isolamento social foi a sobrecarga dos pais, que estão tendo que dividir as atividades domésticas e cuidado dos filhos, o que inclui o acompanhamento escolar, com seu tempo para o trabalho, já que muitos estão em *home office* (62,6% dos participantes). Por isso, o afrouxamento para o uso das TIC também se deveu a uma forma de entretenimento dos filhos enquanto os mais velhos estão trabalhando (35,6%) e ainda pela necessidade de um tempo de descanso próprio (12,5%).

Todas essas mudanças nos levaram à indagação sobre o tipo de mediação que os pais têm exercido sobre o uso da internet por seus filhos, ou seja, qual atitude têm tomado frente ao uso das TIC. Nos dados analisados na pesquisa surgiram como formas de mediação respostas como: converso e oriento sobre o conteúdo ou atividade, especialmente enquanto ele(s) ainda está(ão) utilizando a mídia (74,1%); estabeleço regras explícitas para sua utilização, como tempo, local de utilização, conteúdo (54,6%); fico perto quando ele(s) está(ão) conectado(s) na internet vendo o que faz(em) (28,2%); não acompanho, porque confio na educação dada ao(s) meu(s) filho(s) (17,8%). Nesses casos aqui apontados, a mediação vem se dando de forma ativa, revelando uma prática na qual a presença dos pais, ao conversarem, orientarem, estabelecerem regras e estarem por perto quando os filhos estão navegando na internet, exerce uma atividade de monitoramento, podendo desencadear um jogo tácito entre pais e filhos, no qual os pais procuram desvendar indícios de usos menos adequados. Contudo, mesmo que seja necessário assegurar o uso seguro da internet e manter a vigilância diante de potenciais riscos, é preciso atentar para essa prática, que não deve se tornar invasiva, equacionando-a ao direito à privacidade e ainda contemplar os estímulos na busca por explorar as potencialidades que os conteúdos disponibilizados na internet podem oportunizar aos jovens (DIAS, 2016).

Por outro lado, há ainda aqueles pais em menor número que não fazem nenhum tipo de mediação para o uso das ferramentas digitais. Esses afirmam que: não acompanham, porque têm conhecimento do que os filhos fazem na internet (16,7%); não acompanham, porque eles já são mais velhos (14,4%) e não acompanham, porque não têm conhecimento sobre o uso das tecnologias (0,6%). A falta de conhecimento técnico no uso das TIC pelos pais é um fator preponderante no monitoramento para o uso, dando aos filhos uma maior liberdade para poderem ocultar seu rastro nas redes sociais, por exemplo, dominando cada vez mais as habilidades de uso dessas ferramentas. Ainda quando não há um monitoramento por se tratarem de filhos mais velhos, revelando a confiança na educação dada aos jovens para esse tipo de prática.

Assim, a partir desse cenário podemos levantar alguns pontos que nos levam a compreensão dessas respostas. Diante das circunstâncias na quais todos se encontram, o exercício da mediação tem se dado de forma diversa, utilizando às vezes mais de uma maneira, tendo em vista a idade dos filhos e as habilidades e necessidades de ambos (pais e filhos). No contexto atual da pandemia, em que os pais estão sobrecarregados, a ausência do tempo para acompanharem os filhos no momento da utilização das TIC faz com que eles apostem na educação dada e na ideia de que sabem o que os filhos fazem. Por outro lado, uma mediação restritiva aparece quando os filhos são menores. Nesse caso, as conversas contínuas, checagem de aparelhos e atividades realizadas na rede, monitoramento surpresa e até privações aparecem nos dados da pesquisa. Para os filhos mais velhos, os pais se retiram quase que completamente da cena tecnológica, deixando-os livres e responsáveis por seus comportamentos, o que nos leva a concluir que a mediação parental é um processo inversamente proporcional à idade dos filhos. Os pais apostam na criação que ofereceram, nas conversas e orientações dadas nas fases anteriores e na maturidade dos filhos para discernir o que é certo e errado (STENGEL et al, 2020). Entretanto, cabe perguntar: filhos adolescentes não devem ser acompanhados? Mesmo considerando que a autonomia na fase da adolescência é desejada e por isso, a mediação dos pais pode e deve sofrer algumas alterações, como ver o que eles estão fazendo ou ter a senha de seus celulares ou redes sociais, o papel de educador não perde lugar e continua sendo importante.

A pandemia também promoveu uma alteração nas atividades escolares, fazendo com que fosse adotado o ensino remoto pela grande maioria das escolas. Entre os respondentes quase todos os filhos estão nesse modelo (91,4%). Isso se deve ao fato de 82,8% dos filhos estudarem em escolas privadas, que adotaram majoritariamente esse tipo de ensino. Quanto ao tipo de acompanhamento das atividades escolares dos filhos, os pais afirmaram, em sua maioria, que que ajudam nas tarefas (60,3%) e no acompanhamento das aulas (42%), além de participarem de grupos de pais (46,6%) e conversarem com os professores (36,2%).

Cabe destacar aqui o desconhecimento por parte dos pais e filhos de plataformas de web conferências que vêm sendo utilizadas para a realização de aulas *on-line* síncronas durante a pandemia. A familiaridade em relação ao uso desses recursos se deu conjuntamente entre pais e filhos, não cabendo nesses casos a divisão entre nativos e imigrantes digitais feita pela bibliografia que analisa o processo de mediação das TIC. O uso dessas plataformas no contexto da pandemia converteu os dois grupos, pais e filhos, em nativos digitais. As narrativas desse momento indicam que a socialização de pais e filhos no que tange os usos de *streamings* aconteceu em meio a muitos conflitos. É importante considerar que o aprendizado do uso desses recursos não foi uma escolha da família e exigiu uma interação entre pais e filhos diante dos equipamentos, que, muitas vezes, passaram a ser compartilhados para o exercício das atividades escolares remotas e concomitantemente a atividades profissionais dos pais, que também estão em regime de *home offic*e.

Considerando o cenário trazido pelo ensino remoto às famílias, será de grande importância investigar de forma mais aprofundada quais são ou serão os impactos no cotidiano escolar dos filhos do acompanhamento feito pelos pais, atitude que se dava com pouca frequência fora do contexto da pandemia. Nesse sentido, 27% dos pais estão vivendo a tarefa de acompanhamento das atividades escolares dos filhos durante a pandemia de forma diferenciada: ela se dá como estressante (21,3%) fácil (18,4%), difícil (18,4%), e ainda como indiferente (18,4%)

**Considerações finais**

Ao longo da pesquisa, que se iniciou com questionamentos sobre as alterações dos tipos de mediação no contexto da pandemia e como os pais têm lidado com o uso das TIC, especialmente a internet, por parte dos seus filhos nesse momento de isolamento social outras questões foram sendo suscitadas frente a essa situação específica que estamos vivendo: haverá uma mudança efetiva do uso dos aparelhos tecnológicos pós-pandemia, ou seja, o tipo de uso que está sendo feito agora sofrerá alterações? Se os filhos estão podendo ficar mais tempo conectados com a permissão dos pais, como estes lidarão com isso depois? Quais repercussões psicossociais são acarretadas pelo uso constante das TIC no seio das relações intrafamiliares? A inversão na hierarquia familiar, na medida em que nativos digitais ensinam imigrantes digitais, compromete a relação parento-filial ou as potencializa? As transformações nas formas de interação e sociabilidade provocadas pelas TIC e potencializadas pela pandemia são vistas por pais e filhos de maneira positiva ou negativa? Na investigação ficou evidente que novos contornos foram dados à mediação parental para uso das TIC com a pandemia do novo coronavírus. Há uma ambiguidade de sentimentos gerados pelo uso constante e até mesmo excessivo dos artefatos tecnológicos e o posicionamento dos pais quanto ao estabelecimento de limites para si e para os filhos fica afetado. Em suas repostas, ficam evidentes os benefícios variados advindos do uso das TIC. A versatilidade de usos e equipamentos atendem aos mais variados gostos e estilos de vida. Facilidade de acesso a conteúdos de interesse, otimização de tarefas, aproximação e estreitamento de laços com pessoas queridas distantes, e facilidade de comunicação com amigos e familiares são os benefícios mais destacados. Se as vantagens de uso são variadas e customizadas, as desvantagens já possuem afinidades, pois giram majoritariamente em torno da superficialidade e frieza das relações, o excesso de informações que gera ansiedade e impaciência, a perda de tempo com coisas inúteis, excesso de contato com aparelhos que tomam muito tempo, afastamento social, dependência e falta de foco. Algo que revela uma falta proveniente de uma necessidade prática e/ou psicológica, potencializada no contexto da COVID-19.

Hiperconexão que, como ressalta Melgaço (2017), serve como substituto para o desamparo e vazio que é vivenciado por pais e filhos (STENGEL et al, 2020). Nesse cenário em que ambos os grupos são igualmente afetados pelos efeitos adversos do uso cotidiano e excessivo das TIC, embora cada um os viva de maneira diferente, fica uma pergunta: como os pais, que deveriam mediar o uso das TIC dos filhos, vão conseguir exercer essa tarefa visto que estão sendo afetados da mesma maneira? Dito de outra forma: se pais e filhos possuem experiências físicas e psíquicas muito próximas, mesmo que os usos e experiências práticas sejam diferentes, e se estas experiências são novas e ambíguas para os pais, como estes poderão mediar e orientar seus filhos? Se ambos estão sendo inundados pelo tsunami digital, como um grupo poderá ajudar o outro? Poderíamos dizer que em relação ao uso das TIC e todas as novidades que elas comportam, pais e filhos ficariam em um mesmo nível de experiência e ambos deveriam se ajudar para encontrar saídas mais saudáveis e construtivas? A hierarquia tradicional entre pais e filhos no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem em que os primeiros deveriam ensinar aos segundos cai por terra com o uso das TIC? Ao que tudo indica, a saturação da presença das TIC nos ambientes familiares tem provocado distinções na forma como pais e filhos se veem e se relacionam. Em épocas de hierarquias planas e de interpretação da mediação e representação “como não transparência e ineficiência, como congestionamento do tempo e de informação” (HAN, 2018, p. 35), cada sujeito navega sozinho, entre muitos, no oceano digital.

O exercício da mediação parental para uso das TIC é um campo em construção no interior das famílias. Ainda não existe um modo certo e único para realizá-la e situações inusitadas como a pandemia da COVID-19 ampliam ainda mais os desafios tanto para os pais quanto para os filhos, pois o pouco que já tinha sido construído como prática tem se modificado com a situação atual. Resta, portanto, a patente necessidade de realizar pesquisas nesse campo para ampliar o conhecimento sobre o tema e servir como suporte de orientação para pais, filhos e profissionais da área.

**Referências**

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS/SNAS, 2004.

DIAS, V. C. **Morando na rede**: novos modos de constituição de adolescentes nas redes sociais. Curitiba: Editora CRV. 2016.

DOURADO, S. P. C.; STENGEL, M.; DIAS, V. C.; SOARES, S. S. D.; FRICHE, M. L.; FRAGA, J. B. L. F.; LOCATELLI, R. S.; SANTOS, L. F. Geração, família e juventude na era virtual. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 424-441, ago. 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/18524>.

FERNÁNDEZ, B. F. & GONZÁLEZ, A. G. El entorno del niño en la cultura digital desde la perspectiva intergeneracional. **Aposta: Revista de Ciencias Sociales**, 72, 9-27, 2017. Disponível em: <http://apostadigital.com/revistav3/hemeroteca/auroragg.pdf>.

HAN, B. C. **No enxame**: Perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018.

Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil:** TIC kids online Brasil 2018*.* São Paulo: CGI. Br. 2019. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/kids-online/>.

MAIDEL, S.; VIEIRA, M. L. Mediação parental do uso da internet pelas crianças. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v.21, n.2, p. 293-313, ago., 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v21n2/v21n2a06.pdf>.

MELGAÇO, P. Cérebro eletrônico faz quase tudo? Sobre a hiperconexão e o desamparo. In: MELGAÇO, P. et al. (Orgs). **Como a tecnologia muda o meu mundo**: imagens da juventude na era digital. Curitiba: Appris, 2017, p. 65-78.

PASSARELLI, B.; DIMANTAS, H.; GUZZI, D.; KYIOUMOURA, J. Atores em Rede: subjetividades e desejos em expansão. **LOGOS 30** Tecnologias de Comunicação e Subjetividade. Ano 16, 1º semestre 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/366>.

PETRINI, G. e CAVALCANTI, T. N. Notas para um olhar mais adequado à família e ao adolescente: buscando caminhos para crescer. In: MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P.; FORNASIER, R. C. (Orgs.). **Adolescentes & Adolescências**: família, escola e sociedade. Curitiba: CRV, 2018, p. 189-205.

PONTE, C. Uma geração digital? A influência familiar na experiência mediática de adolescentes. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 65, p. 31-50, 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292011000100002&lng=pt&nrm=iso>

PRENSKY, M. Digital Native, digital immigrants. Digital Native immigrants. **On the Horizon**, 9 (5), 2001.

PRIMO, A. Conversações fluidas na cibercultura. In: XXV Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016b. **Anais**.... Goiânia, 2016. Disponível em:

SPIZZIRRI, R. C. P. et al. Adolescência conectada: Mapeando o uso da internet em jovens internautas. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 30, n. 69, p. 327-335, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/23288>.

STENGEL, M. Discursos de pais e mães sobre a amizade em famílias com filhos adolescentes. **Paidéia**, 21(49), 217-225, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v21n49/09.pdf>.

STENGEL, M. et al. Cultura Digital e mediação parental: um desafio na relação entre pais e filhos. In: MACEDO, R. M. S e KUBLIKOWSKI, I. (Orgs.). **Família e comunidade: pesquisas e intervenções em temas emergentes.** Curitiba: CRV. – Coedição: São Paulo, EDUC, 2020, p. 165-184.

1. Pesquisa financiada pela FAPEMIG. [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutora em Ciências Sociais pela UERJ, Professora da Graduação e do Programa de Pós-graduação de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas. [↑](#footnote-ref-2)
3. Mestre em Psicologia pela PUC Minas. [↑](#footnote-ref-3)
4. Doutora em Psicologia pela PUC Minas. Professora e coordenadora do curso de Psicologia da Faculdade Ciências da Vida – Sete Lagoas – MG. [↑](#footnote-ref-4)
5. Doutora em Ciências Sociais pela UERJ, Professora associada do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Maringá. [↑](#footnote-ref-5)
6. Graduanda em Psicologia pela PUC Minas, bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/PUC Minas. [↑](#footnote-ref-6)
7. Graduando em Psicologia pela PUC Minas, bolsista de Iniciação Científica voluntário. [↑](#footnote-ref-7)